

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - (EM MILHARES DE REAIS - R\$)

ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
CIRCULANTE	78.559	131.878	CIRCULANTE	22.238	24.423
Disponibilidades (nota 4)	497	618	Outras obrigações	22.238	24.423
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	75.972	121.792	Fiscais e previdenciárias (nota 9)	4.185	6.728
Carteira própria	75.972	121.792	Diversas (nota 8)	18.053	17.695
Outros créditos	2.029	9.468			
Diversos (nota 6)	2.450	9.889			
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(421)	(421)			
Outros Valores e bens	61	-			
Despesas Antecipadas	61	-			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	106.934	112.510	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	81.180	106.452
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	40.390	36.867	Outras obrigações	81.180	106.452
Carteira própria	40.390	36.867	Fiscais e previdenciárias (nota 9)	2.652	26.644
Outros créditos	66.544	75.643	Diversas (nota 8)	78.528	79.808
Diversos (nota 6)	66.544	75.643			
PERMANENTE	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	82.075	113.513
Intangível	-	-	Capital (nota 11)	174.654	174.654
Ativos intangíveis	336	336	De domiciliados no país	174.654	174.654
Amortizações acumuladas	(336)	(336)	Prejuízos Acumulados	(92.579)	(61.141)
TOTAL DO ATIVO	185.493	244.388	TOTAL DO PASSIVO	185.493	244.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (EM MILHARES DE REAIS - R\$, EXCETO O PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL QUOTAS)

	2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.381	8.961
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.381	8.961
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-	11
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	11
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.381	8.972
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(52.263)	(63.073)
Receitas de prestação de serviços	38.717	29.646
Outras despesas administrativas (nota 12)	(89.129)	(88.490)
Despesas tributárias	(5.577)	(4.266)
Outras receitas operacionais (nota 13)	8.516	2.738
Outras despesas operacionais (nota 14)	(4.790)	(2.701)
RESULTADO OPERACIONAL	(45.882)	(54.101)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	42	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(45.840)	(54.101)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14.402	18.394
Ativo fiscal diferido (nota 7c)	14.402	18.394
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(31.438)	(35.707)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL QUOTAS (174.654.195)	(180,00)	(204,44)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (EM MILHARES DE REAIS - R\$)

	Capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	174.654	(25.434)	149.220
Prejuízo do exercício	-	(35.707)	(35.707)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	174.654	(61.141)	113.513
Prejuízo do exercício	-	(31.438)	(31.438)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	174.654	(92.579)	82.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (EM MILHARES DE REAIS)

	2013	2012
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE	123.304	103.867
Depósitos bancários	2.408	471
Cheques e outros valores a receber	-	540
Aplicações financeiras	120.896	102.856
(+) Recursos coletados	280.997	213.630
Contribuições para aquisição de bens	210.457	159.280
Taxa de administração	34.710	25.633
Contribuições ao fundo de reserva	6.312	4.788
Rendimento de aplicações financeiras	3.876	3.041
Multas e juros moratórios	1.117	795
Prêmios de seguro	5.397	3.757
Outros	19.128	16.336
(-) Recursos utilizados	254.845	194.193
Aquisição de bens	199.041	152.723
Taxa de administração	37.494	27.265
Multas e juros moratórios	557	397
Prêmios de seguro	5.990	4.107
Custas judiciais	9	6
Devolução a consorciados desligados	4.157	4.660
Despesas de registro de contratos	282	202
Outros	7.315	4.833
DISPONIBILIDADES NO FIM DO SEMESTRE	149.456	123.304
Depósitos bancários	2.743	2.408
Aplicações financeiras	146.713	120.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - (EM MILHARES DE REAIS - R\$)

	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(67.199)	(53.997)
Prejuízo Ajustado	(67.199)	(53.997)
Prejuízo Líquido	(31.438)	(35.707)
Ajustes ao Prejuízo líquido:	(35.761)	(18.290)
Provisão (reversão) de passivos judiciais	(20.797)	835
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	(562)	(720)
Impostos correntes, diferidos e créditos tributários (nota 7.c)	(14.402)	(18.394)
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	0	(11)
Variações das contas de ativo e passivo operacional	24.780	722
Aumento (Redução) de outros créditos e outros valores e bens	31.440	(17.516)
Redução em outras obrigações	(6.660)	18.238
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(42.419)	(53.275)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	42.298	48.527
Resgate em títulos e valores mobiliários	42.298	48.527
Caixa líquido originado nas atividades de investimento	42.298	48.527
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(121)	(4.748)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	618	5.366
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	497	618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - (EM MILHARES DE REAIS - R\$)

ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
CIRCULANTE	432.555	319.236	CIRCULANTE	432.555	319.236
Disponibilidades	2.743	2.408	Obrigações diversas	432.555	319.236
Depósitos bancários	2.743	2.408	Obrigações com consorciados	214.672	160.630
Aplicações financeiras (nota 5)	146.713	120.896	Valores a repassar	2.043	2.012
Outros créditos	283.099	195.932	Obrigações por contemplações a entregar	110.905	87.179
Cheques e outros valores a receber	1.943	2.022	Obrigações com a Administradora	69	55
Direitos dos consorciados contemplados	281.156	193.910	Recursos a devolver a consorciados	81.976	50.458
Normais	279.876	192.814	Recursos dos grupos	22.890	18.902
Em atraso	1.280	1.096			
COMPENSAÇÃO	4.021.143	3.261.702	COMPENSAÇÃO	4.021.143	3.261.702
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	33.802	27.443	Recursos mensais a receber de consorciados	33.802	27.443
Contribuições devidas ao grupo	2.054.873	1.657.326	Obrigações do grupo por contribuição	2.054.873	1.657.326
Valor dos bens a contemplar	1.932.468	1.576.933	Bens a contemplar - valor	1.932.468	1.576.933
TOTAL DO ATIVO	4.453.698	3.580.938	TOTAL DO PASSIVO	4.453.698	3.580.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcio consolidados e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas consubstanciadas no plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF e lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo Banco Central do Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1. Administradora

a) Resultado das operações

A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados e a Administração tem a intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos foi constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Ativos intangíveis

São representados por gastos de aquisição e desenvolvimento de sistema de processamento de dados e tecnologia demonstrados ao valor de custo e amortizados à taxa de 20% ao ano.

f) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração, não houve indícios de perda por impairment nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis".

h) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2013, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil ao ano (R\$ 120 mil no semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias.

j) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância à Resolução CMN nº 3.750, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.2. Grupos de consórcio

Ativos e passivos circulantes estão representados principalmente pelas seguintes contas, as quais incluem valores a vencer até 360 dias, decorrentes de direitos a receber de consorciados contemplados.

a) Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundos comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuições ao fundo comum efetuadas por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições aos fundos comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro. A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2013	2012
Quantidade de grupos administrados	365	277
Quantidade de consorciados ativos	92.792	80.576
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	111.859	49.684
Quantidade de bens entregues no ano	6.463	9.457
Quantidade de bens pendentes de entrega acima de 30 dias	2.450	2.035
Taxa de inadimplência (i)	12,47%	12,32%

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	2013	2012
Disponibilidades	497	618

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	2013	2012	2013	2012
Certificados de Depósito Bancário - CDBs- Banco GMAC S.A. - CDB Pré Fixado (a)	116.362	158.659	-	-
Quotas de fundos de investimento: Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II (b)	-	-	146.713	120.896
Total	116.362	158.659	146.713	120.896

(a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários a prazo, classificados como mantidos até o vencimento, com vencimentos até junho de 2015, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados, variáveis entre 7,55% e 12,70%, das quais parte está relacionada aos recursos não procurados.

(b) São representados por aplicações em Fundo de Investimento não exclusivo, classificadas como disponíveis para venda, sendo utilizado o valor da cota do fundo na data do balanço. O saldo inclui aplicações vinculadas a contemplações no montante de R\$ 110.887 (R\$ 87.179 em 2012).

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2013 e de 31 de dezembro 2012:

	2013			2012		
	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total
Certificados de Depósito Bancário	75.972	40.390	16.362	121.792	36.867	158.659

	2013		2012	
	Sem vencimento	Total	Sem vencimento	Total
Grupos: Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II (b)	146.713	146.713	120.896	120.896

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A conta "Outros créditos - diversos" possui a seguinte composição:

	2013	2012
Títulos e créditos a receber de consorciados (a)	421	421
Imposto de renda e contribuição social a compensar (b)	5.445	8.856
Crédito tributário - imposto de renda e contribuição social (ver nota nº 7)	55.526	45.884
Devedores por depósitos em garantia (c)	5.441	27.858
Outros	1.740	2.092
Total	68.573	85.111
Ativo circulante	2.029	9.468
Realizável a longo prazo	66.544	75.643

(a) Referem-se a cotas de grupos de consórcio encerrados, cujas ações de cobrança e execução estão em andamento, havendo provisão para perdas integral sobre esse valor.

(b) Referem-se substancialmente a IRRF sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Pré Fixado (R\$ 3.171 em 2012).

(c) Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Adições temporárias:				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	105	38	105	38
Provisão para riscos fiscais	772	289	6.040	2.185
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	364	131	300	107
Provisão de valores a devolver para consorciados (nota 8.)	2.935	1.057	2.935	1.057
Prejuízos Fiscais e base negativa de CSLL	31.576	11.367	19.329	6.959
Provisão para pagamento de comissões sobre vendas	3.604	1.297	3.645	1.312
Outros	1.352	639	1.266	606
Total do crédito tributário	40.708	14.818	33.620	12.264
	55.526		45.884	

b) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social:

Ano	IR		CS		Valor contábil Total
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	
Total	9.133	31.575	3.450	11.368	55.526
2013	2.029	-	767	-	2.796
2014	1.660	-	614	-	2.274
2015	1.503	362	567	701	3.133
2016	668	1.420	264	1.404	3.756
2017	1.309	2.513	495	2.484	6.801
2018	1.552	3.613	587	3.555	9.307
2019	285	4.720	108	3.224	8.337
2020	127	5.836	48	-	6.011
2021	-	6.960	-	-	6.960
2022	-	6.151	-	-	6.151
Valor presente	7.194	18.014	2.716	7.593	35.517

(*) O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$35.517 em 30 junho de 2013. Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado anualmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros, a valores presentes com base na taxa SELIC projetada pelo BACEN. Adicionalmente o registro dos créditos tributários considera a recente troca de controle do Banco GMAC S.A. e em consequência, da Administradora (vide nota explicativa nº 19) e encontra-se sustentada na Resolução 3355/06 - Artigo 1º - Inciso I - Parágrafo 4º.

c) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações do exercício para semestre:

	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	(45.840)	(45.840)	(54.101)	(54.101)
Aliquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	11.460	4.125	13.525	4.869
Efeito de IRPJ e CSLL sobre adições permanentes	(870)	(313)	-	-
Outras adições permanentes				
Imposto de renda e contribuição social credor no semestre	10.590	3.812	13.525	4.869
Total	14.402		18.394	

d) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Constituição de crédito tributário	7.090	2.552	13.626	4.905
Constituição de passivo fiscal diferido	3.500	1.260	(101)	(36)
Total	10.590	3.812	13.525	4.869
Total de créditos constituídos	14.402		18.394	

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2013	2012
Valores a pagar a sociedades ligadas	257	276
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	63.410	63.362
Provisões para riscos (ver nota explicativa nº 10.a)		
Provisão para riscos cíveis	1.419	1.173
Provisão para pagamento de honorários advocatícios (c)	-	1.615
Provisão para riscos trabalhistas	38	27
Provisão para comissões (b)	14.414	14.578
Provisão de valores a devolver a consorciados (d)	11.739	11.739
Outros	5.304	4.733
Total	96.581	97.503

Passivo circulante 18.053 17.695
Exigível a longo prazo 78.528 79.808

(a) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento gerado pelas aplicações financeiras da Administradora e deduzidos pela taxa de manutenção cobrada pela administradora.

(b) Refere-se à provisão para pagamento de comissões sobre vendas de cotas de consórcios.

(c) Refere-se à provisão de custas sucumbenciais do processo judicial de PIS, COFINS e CSLL do período de 1992 a 1996.

(d) Refere-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam as informações dos dados bancários dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2013	2012
Provisão para riscos fiscais (veja nota explicativa nº 10.a)	4.724	26.645
Provisão para imposto de renda diferido sobre atualizações de depósitos judiciais (*)	829	5.589
Impostos e contribuições a recolher	1.284	1.138
Total	6.837	33.372

Passivo circulante 4.185 6.728
Exigível a longo prazo 2.652 26.644

(i) Refere-se a constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a receita de correção dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.

10. PASSIVOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição dos passivos judiciais e obrigações legais:

	2013	2012
Obrigações legais tributárias:		
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	10.546
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	11.450
Programa de Integração Social - PIS	2.276	2.236
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	1.823	1.798
Subtotal das obrigações legais	4.099	26.030

Provisão para riscos tributários:
Imposto Sobre Serviços - ISS 625 615
Total da provisão para riscos fiscais e obrigações legais 4.724 26.645

Provisão para riscos cíveis 1.419 1.173
Provisão para riscos - outros passivos (nota nº 8.c) - 1.615
Provisão para riscos trabalhistas 38 27

Total da provisão para riscos 6.181 29.460

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no final do 1º semestre de 2012	27.807	27	1.241	29.075
Constituição (Reversões) líquidas do período	453	-	382	835
Pagamentos do período	-	-	(450)	(450)
Saldo no final do 2º semestre de 2012	28.260	27	1.173	29.460

Constituição (Reversões) líquidas do período (22.263) 11 1.455 (20.797)
Pagamentos do período (1.273) - (1.209) (2.482)
Saldo no final do 1º semestre de 2013 4.724 38 1.419 4.908

Depósitos em garantia (nota 6.) 4.099 - 1.342 5.441

c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

	2013		2012	
	Quantidade de processos	Montante	Quantidade de processos	Montante
Cíveis	118	474	84	360
Posição em 30 de junho	118	474	84	360

Obrigações legais

Referem-se basicamente a obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS/COFINS - mandado de segurança impetrado para garantir à impetrante o direito de recolher o PIS e a COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.
- CPMF - a principal tese em discussão refere-se à mandado de segurança visando afastar a incidência da Taxa Selic sobre o valor da CPMF durante o período em que a contribuição estava com exigibilidade suspensa em razão de provimento judicial. Defende-se que a Selic consiste em espécie de juros moratórios não aplicável a tributos cuja exigibilidade estava suspensa, pois nesses casos não há mora. Os valores estão depositados judicialmente.

Provisão para riscos fiscais

Referem-se basicamente a riscos fiscais relativos a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial de autos de infração, provisionados com base na avaliação dos assessores jurídicos, como segue:

ISS - refere-se a discussões de processos administrativos e judiciais perante vários municípios, que exigem o pagamento do ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. As provisões relativas ao ISS foram constituídas em 30% do valor em risco e considerando o histórico de êxito na solução de tais autuações na esfera administrativa judicial.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 174.654.195 quotas sem valor nominal no montante de R\$ 174.654 (174.654.195 quotas em 30 de junho de 2013).

Conforme previsto no estatuto social, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, conforme proposta da Administração. No semestre findo em 30 de junho de 2013 não foram propostos dividendos.

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2013	2012
Prestação de serviços administrativos (a)	5.771	4.930
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio (b)	75.610	76.082
Sistema de comunicação	1.687	1.230
Sistema de processamento de dados	2.246	2.400
Outros	3.815	3.848
Total	89.129	88.490

(a) Serviços administrativos realizados pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.
(b) Foram vendidas no primeiro semestre de 2013 - 48.292 cotas e no segundo semestre de 2012 - 58.747 cotas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)**13. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	2013	2012
Reversão de provisão (a)	7.331	1.555
Recuperação de despesas	9	3
Atualização Monetária de Impostos a Compensar e depósitos em garantia	562	720
Receita de multa e juros	559	400
Outras	55	60
Total	8.516	2.738

(a) Refere-se a reversão de provisão de comissão e contingências.

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2013	2012
Variação monetária e juros passivos (a)	1.773	1.759
Atualização da provisão para riscos fiscais (b)	307	400
Indenização por ações cíveis	1.209	462
Indenização por ações fiscais	1.274	1
Outras	227	79
Total	4.790	2.701

(a) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver.

(b) Refere-se à variação monetária de obrigações com passivos judiciais.

15. PARTES RELACIONADAS**a) Remuneração da Administração**

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de abril, é estabelecida a remuneração máxima agregada para a Diretoria.

b) Benefícios de Curto Prazo

	2013	2012
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração fixa	281	1.364
Remuneração variável	154	144
Total	435	1.508

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme normas vigentes, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares diretos.

e) Transações com partes relacionadas

Os saldos, nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, podem ser resumidos como segue:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2013	2012	2012	2011
CONTROLADORA:				
Banco GMAC S.A.:				
Aplicações em CDBs	116.362	158.659	6.381	8.961
Outras obrigações – diversas	(257)	(276)	-	-

PARTES RELACIONADAS:GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.:
Outras obrigações – diversas - (5.771) (4.930)**16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

17. LIMITE OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em conjunto com sua controladora adota o critério de patrimônio líquido consolidado, para atendimento aos limites operacionais e requerimentos de capital.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES - ADESAO AOS PROGRAMAS DE PARCELAMENTO E QUITAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS (REFIS / ANISTIA LEI Nº 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, a Administradora aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09.

A Administradora incluiu CSLL e COFINS no montante total de R\$ 21.995, sendo R\$ 8.237 de principal, R\$ 979 de multas e R\$ 12.779 de juros, sem considerar os descontos do programa. Em junho de 2013 foi reconhecido um ganho no balanço de R\$ 5.522 pela redução dos juros anisteados e multas, com o efetivo encerramento do processo, ensejando a reversão do passivo contingente pela conversão em renda para a união do principal devido mais atualização monetária depositado judicialmente.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 09 de agosto de 2013, conforme ofício 06419/2013 do BACEN, foi aprovada a transferência de controle do Banco GMAC S.A. e, em consequência, da GMAC Administradora de Consórcios LTDA., para a General Motors Financial Company, Inc., nos termos do Contrato de Compra e Venda, de 21 de novembro de 2012.

A DIRETORIACONTADOR:
Elio Pereira Sales – CRC 1SP212554/0-0**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**Aos Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2013 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, e o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2013 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Em 30 de junho de 2013, a Administradora possui créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social contabilizados no montante de R\$ 55.526 mil. Conforme divulgado na nota 7 às demonstrações financeiras, a realização desses créditos tributários depende da geração de lucros tributários futuros, e está amparada em estudo técnico de realização consubstanciada por plano de negócios preparado e aprovado pela administração. Nossa opinião não está modificada por esse assunto.

São Paulo, 29 de agosto de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/0-8Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/0-5